

## Notas críticas sobre a educação ambiental crítica e transformadora desde a ética ecomunitarista

*Sirio Lopez Velasco\**

### Introdução

Com o passar do tempo as diversas classificações de supostas correntes distintas de Educação Ambiental (doravante EA) foram se multiplicando, até que estas últimas chegaram a várias dezenas (Cf. CZAPSKI, 2008, p. 58-65). Acredito que está na hora de se estabelecer uma simples e clara divisória de águas.

Nos últimos anos entrou na moda o termo “educação ambiental crítica e transformadora”. Considero, porém, que o uso indiscriminado dessa expressão tem levado a uma situação confusa, e que é necessário voltar aos fundamentos, definindo a educação ambiental e esclarecendo em relação **ao que** ela deve ser “crítica”, e também rumo **ao que** ela deve ser “transformadora”.

---

\* Doutor em Filosofia. Professor da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) no PPG Educação Ambiental Contato: <lopesirio@hotmail.com>

Da minha parte defino a educação ambiental como uma educação sócio-ambiental problematizadora (no sentido de Paulo Freire), alicerçada nas três normas fundamentais da ética (deduzidas argumentativamente da pergunta que a instaura) e orientada rumo ao ecomunitarismo (que é uma ordem sócio-ambiental pós-capitalista). Lembro que a palavra *krisis* em grego quer dizer “ruptura” e “afastamento”. Assim, considero que a educação ambiental deve ser crítica, ou seja, romper e se afastar do capitalismo, que é a ordem sócio-ambiental hoje dominante e na qual sacrifica-se o ser humano e a natureza não humana em nome do lucro, e que essa EA deve transformar rumo ao ecomunitarismo (ordem sócio-ambiental pós-capitalista na qual os seres humanos podem se realizar solidariamente como indivíduos universais, e que os reconcilia com a natureza não humana, com a qual estabelecem relações de preservação-regeneração permanentes).

Nesse contexto, opino que a EA se divide em duas grandes tendências: aquela que pretende atuar *dentro* do capitalismo, e aquela que critica o capitalismo e quer ajudar à construção da ordem sócio-ambiental pós-capitalista que é o ecomunitarismo.

## EA e ética

Dissemos que a educação ambiental é uma educação sócio-ambiental problematizadora alicerçada nas três normas fundamentais da ética e orientada rumo ao ecomunitarismo. Lembremos que a educação problematizadora, segundo Paulo Freire (1970), se alicerça na “conscientização”, definida como a combinação do desvelamento crítico da realidade e a ação transformadora sobre ela rumo a uma sociedade sem opressores nem oprimidos. Salientamos este último elemento da concepção freireana, para mostrar que se o capitalismo comporta relações de opressão, então a educação problematizadora (se pretende ser verdadeiramente freireana) deve apontar para além do capitalismo. E o desvelamento crítico que ela deve propiciar é aquele das dominações existentes entre os seres humanos (e acrescentamos na nossa visão ecomunitarista, das relações de devastação e/ou, contaminação irreversível, existentes entre os seres humanos e a natureza não humana).

Para Freire, ambas as facetas da educação problematizadora se dão de forma dialógica entre os oprimidos e os que assumirem a sua causa, para derrotar os opressores e a opressão (ou seja, para que os atuais oprimidos não virem novos opressores).

A fundamentação de tal educação problematizadora encontra-se nas três normas fundamentais da ética. A ética é o conjunto de respostas argumentadas que damos para a pergunta “Que devo fazer?”, que é a pergunta que instaura a ética. Ora, questionando as “condições de felicidade” (no sentido de John L. Austin, 1962) dessa pergunta, descobrimos argumentativamente três normas fundamentais que nos obrigam, respectivamente, a realizar a nossa liberdade individual de decisão, a realizá-la em buscas de respostas consensuais com os outros acerca do que fazer com e nas nossas vidas, e a zelar pela preservação-regeneração da saúde da natureza humana e não humana.

Informalmente as expomos e compreendemos como segue: 1) perguntar “o que devo fazer?” pressupõe que eu tenho liberdade individual de decidir, o que me obriga a lutar por ela (note-se que isso significa que, ainda, não somos livres), porque sem ela a própria pergunta não faria sentido, já que ela pressupõe diversas (pelo menos duas) alternativas na ação-omissão; 2) a referida pergunta, como toda pergunta, abre-se a resposta que qualquer pessoa possa lhe dar, ou seja supõe, uma busca compartilhada de respostas com os outros em condições de igualdade no poder de decisão (o que é contrário a toda situação na qual essa igualdade não existe); e, 3) sem natureza humana saudável “padrão”, não há possibilidade de se usar-compreender a pergunta “que devo fazer?”, e para haver seres humanos saudáveis é preciso que exista uma natureza não humana saudável que faça possível a sobrevivência e a saúde daqueles (Cf. LOPEZ VELASCO, 2003 e 2008).

## **A EA crítica do capitalismo**

O “capital” é (como Marx o definiu na sua obra “O Capital”) uma relação social, e não uma coisa (embora ele apareça sob a forma de “coisas” como o são uma certa quantia de dinheiro ou de bens móveis e imóveis, ou ainda, como capital variável, na soma do salário do trabalhador

empregado por um capitalista); essa relação social é aquela que existe entre os donos dos meios de produção (dentre os quais figura a própria terra, convertida em propriedade privada de alguns) e aquela grande maioria que por não possuí-los vê-se obrigada a trabalhar para os primeiros na condição de trabalhador assalariado. Assim percebe-se que pela sua própria definição a relação social de “capital” é desigual, e coloca uns (os trabalhadores) submetidos às ordens de outros (os capitalistas).

Note-se que é o capitalista quem decide se o trabalhador trabalhará ou não (por isso o desemprego é inerente ao capitalismo, já que quem quer trabalhar não é quem decide sobre se o fará ou não) e, uma vez que o trabalhador conseguiu vender sua força de trabalho a um capitalista (isto é, conseguiu um emprego), é esse capitalista quem dirá o que e como o trabalhador aplicará suas aptidões produtivas (tolhendo as suas vocações múltiplas para autorizar só aquelas que sirvam à atividade que dará lucro ao capitalista); é esse capitalista quem se apropriará do produto do trabalho, embolsando o seu valor após a venda (pois o trabalhador se limita a receber, no melhor dos casos, o equivalente ao valor da sua força de trabalho). Nessas condições o capitalista não se importa em sacrificar a saúde do trabalhador. Hoje são conhecidas as cifras horríveis de mortos por causa da miséria do desemprego ou do sub-emprego, dos acidentes de trabalho, das doenças profissionais mortais, assim como se conhecem os números impressionantes das doenças físicas (em especial as Lesões por Esforços Repetitivos, LER) e psicossomáticas (que provocam entre outros insônia, impotência ou indiferença sexual, ou ainda o aumento excessivo da agressividade-violência no comportamento), derivadas do desemprego ou do medo do desemprego, das cadências infernais em vigor na produção, ou da exacerbação da concorrência entre os indivíduos e da cobrança em relação a cada um deles. Assim o capitalismo é de fato o sistema da guerra de todos contra todos entre os seres humanos, e da indiferença crescente entre eles; essa guerra afeta tanto as relações dos capitalistas com os trabalhadores, quanto as relações existentes no interior dessas duas grandes classes sociais.

O capitalismo é o modo de produção no qual a produção tem por objetivo o lucro (ou seja a transformação de uma certa soma de dinheiro numa soma maior), tendo a mercadoria (incluída a força de trabalho assalariada) como uma simples mediação para fazer possível esse aumento do dinheiro; assim o capital realiza o ciclo  $D - M - D'$ , onde  $M$  é a mer-

cadoria, e  $D'$  é maior que  $D$ . Note-se que essa lógica que comporta uma implacável concorrência pela venda com lucro ao menor preço possível, se impõe à suposta liberdade que teria o capitalista nas suas decisões.

Nessa dinâmica sacrifica-se também, na devastação e na contaminação irreversível a saúde da natureza não humana (a qual fornece os materiais que funcionam como objeto de produção, parte do instrumento de produção, e parte do produto destinado à venda).

Assim constatamos que o capitalismo violenta no seu dia a dia as três normas fundamentais da ética, porque ele nega a liberdade de decisão dos indivíduos (em especial dos trabalhadores, mas também dos capitalistas), porque ele não permite aos trabalhadores a participação nas decisões sobre o que fazer (já que eles devem se submeter às ordens do capitalista se quiserem manter o emprego e com ele sua renda de sobrevivência), e porque ele sacrifica a saúde, tanto dos humanos quanto da natureza não humana (porque o seu “tempo” de produção-lucro, incessantemente encurtado pela concorrência, é inferior ao tempo de recuperação-regeneração necessitados pelo trabalhador e pela natureza não humana, usada sem cuidado como se fosse um recurso sem fim e infinitamente renovável).

Por tudo isso, fica claro que a EA deve ser crítica do capitalismo e defender uma ordem sócio-ambiental que supere as mazelas deste.

## **A EA ecomunitarista**

A EA ecomunitarista critica o capitalismo e anuncia e ajuda a construir a ordem sócio-ambiental que haverá de superá-lo, o ecomunitarismo. Nele a natureza não humana é desprivatizada, ou seja, colocada sob a administração da comunidade humana (desde o nível local até o nível planetário), e a produção, a distribuição e o consumo são organizados para que, a partir do esforço produtivo de todos os que estiverem em condições de produzir, mas com ocupações rotativas e sem desemprego, se cumpra o lema que reza “de cada um segundo suas capacidades, e a cada um segundo suas necessidades”; isto é, para que cada indivíduo possa se realizar como indivíduo universal, desenvolvendo suas múltiplas vocações e cultivando sua saúde integral.

Nessa ordem produtiva-distributiva-de-consumo que supera a era das sociedades humanas divididas em classes, as “necessidades” deverão de ser redefinidas consensualmente com base nas três normas da ética, o que inclui uma atitude humana de constante preservação e regeneração da natureza não humana, conforme o exige a terceira norma. Assim a economia ecomunitarista é ecológica e solidária, e instrumento da realização efetiva do gênero humano, constituído como família humana real a nível planetário. Mas simultaneamente com a economia ecológica o ecomunitarismo pratica a democracia participativa e direta, superando a pseudo-democracia representativa (na qual de fato os supostos “representantes” não representam os supostos representados e onde primam hoje o interesses das grandes multinacionais e dos ricos do campo e da cidade, fora ou para além de qualquer processo eletivo); essa democracia participativa têm caráter resolutivo desde o nível local (por exemplo nos Conselhos Comuns, que já operam na Venezuela), e com a ajuda da Internet abrange espaços cada vez maiores de decisão à distância, para culminar nas questões mundiais (como o são a mudança climática, a administração comunitária e responsável dos recursos naturais renováveis e não renováveis, o plano mundial de produção, distribuição e consumo, etc.).

Acompanhando a economia ecológica e solidária e a democracia participativa, direta e resolutiva, haverá de se desenvolver a livre comunicação simétrica; ela implica a reapropriação pelas comunidades da grande mídia atual, monopolizada por uns poucos, que elaboram e distribuem diariamente o discurso único que garante a sua dominação; conjuntamente com a grande mídia socializada, haverá de funcionar as pequenas mídias comunitárias (a partir dos espaços locais, tanto para a rádio e a TV) como os espaços das comunicações inter-individuais possibilitados pelo uso universalizado dos recursos eletrônicos (Internet, telefones celulares, etc.); nesse contexto a comunicação física ocorrerá através de meios públicos de transporte construídos a base de material reciclável e usando fontes de energia renováveis e limpas (como a energia solar e a eólica).

Toda essa revolução pós-capitalista está apoiada numa educação ambiental ecomunitarista que se desenvolve tanto a nível formal como a nível não formal, cobrindo a sociedade inteira através de múltiplas redes; essa educação integra uma educação sexual baseada na erótica da libertação, a qual, apoiada nas três normas da ética, apregoa a superação do machismo, da homofobia, e da condenação à masturbação, e defende o livre gozo com-

partilhado do prazer sexual entre adultos; esse gozo supõe a superação de todo relacionamento que use a violência, as drogas que impedem o livre discernimento, e, ainda, opõe-se ao uso de menores ou de animais como parceiros sexuais (pois estes não dispõem efetivamente da livre capacidade de escolha). Nessa sociedade de livre e responsável desfrute do prazer, floresce o erotismo, e não sobra espaço para a pobre pornografia, tão pobre humanamente que nos filmes que a veiculam os seres humanos mal falam; seres humanos que, aliás, não passam de outros tantos trabalhadores assalariados que, nesse filmes se prostituem em troca de uma soma de dinheiro para sobreviverem; note-se que a esse respeito aqueles que defendem o *status* de trabalhador assalariado para a prostituta e o garoto de programa, confessam sem querer essa grande verdade do capitalismo, pois dizendo que  $a=b$  estamos afirmando que  $b=a$ , ou seja, que se toda prostituta ou garoto de programa é um trabalhador assalariado, isso significa que todo trabalhador assalariado na sociedade capitalista é uma prostituta ou garoto de programa, vendendo a outrem o controle do seu corpo por algumas horas, em troca da obtenção de uma certa soma de dinheiro.

Nessa EA ecomunitarista cada instituição educativa faz parte efetiva da comunidade na qual está inserida, tendo a comunidade como uma permanente co-gerente da sua ação educativa, ao tempo em que a instituição ajuda a comunidade no dia a dia à construção e correção do ecomunitarismo; essa inserção local se articula com a inserção regional, continental e planetária, requeridas para a efetivação do gênero humano no ecomunitarismo.

No livro “Ucronía” (LOPEZ VELASCO, 2009) tentamos mostrar como funcionaria uma sociedade ecomunitarista no seu dia a dia, incluindo as esferas da educação, da livre sexualidade, da economia ecológica e solidária, da política participativa direta, e da comunicação livre, democrática e simétrica.

## **Introdução à análise dos equívocos sobre EA num livro do MMA**

O livro de Sílvia Czapski, editado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) do Brasil em 2008, intitulado “Os diferentes matizes da Educação Ambiental no Brasil: 1997-2007”, no qual sou citado (em espe-

cial em relação à PNEA à p. 63), tem uma espécie de introdução de duas páginas, a cargo do (então) Diretor do Departamento de EA do MMA, Claudison Rodrigues de Vasconcelos. Embora curta, essa introdução, intitulada “Quanto se espera da educação ambiental!” é extremamente interessante para a nossa atual discussão. Note-se que já o título do livro é revelador, pois ao se falar de “matizes” pressupõe-se que a EA praticada no Brasil é uma só, apesar das suas “diferenças” (outra palavra usada no título), assim como um “matiz” é um tom diferente da *mesma* cor (como o mostra o exemplo do azul claro e o azul escuro, ambos matizes do azul).

Ora, nessa introdução lemos que na EA apregoada “ninguém pode ficar de fora, deixar de aportar seus conhecimentos, experiências e seu *capital social*”, o sublinhado é meu, para mostrar que usa-se e aceita-se o conceito de “capital” no bojo de uma suposta EA, e ao mesmo tempo tudo indica que se desconhece que o tal de “capital” é uma relação social que carrega em si a opressão e a alienação, como o mostramos antes; mas também vimos que o “capital” pela sua dinâmica orientada ao lucro, sacrifica a saúde da natureza humana e não humana, pela morte, a doença, a devastação ou a contaminação irreversível. Assim, há na introdução do mencionado livro uma proposta de suposta EA que inclui a opressão, a alienação, e o sacrifício da saúde da natureza humana e não humana, pela morte, a doença, a devastação ou a contaminação irreversível! Note-se que na dita introdução o termo “capitalismo” não aparece jamais, e fala-se de uma genérica “crise civilizatória”, como se estivéssemos a viver numa civilização qualquer, e não nos tempos da globalização capitalista; por isso é totalmente lógico que ali se fale da “degradação, provocada pelas *atividades humanas*” (sublinhado nosso para mostrar como essa generalização evita considerar em qual ordem sócio-ambiental as tais “ações humanas” têm os efeitos degradantes considerados).

Consoante com essa omissão é o fato de que se apregoe a “mudança e a transformação em nós e nos outros”, sem qualquer contextualização, como se nós e eles estivéssemos flutuando no espaço; já nos anos 1960 Paulo Freire, que era um católico convicto, se distanciou da posição acobertada pela instituição eclesiástica católica, segundo a qual o mundo mudaria quando cada um de nós e dos outros mudasse. Contra essa visão unilateral e descontextualizada, Freire defendeu a posição, que fazemos nossa, de que nós seres humanos mudamos na medida em que com os outros tentamos mudar o mundo, e que o mundo não muda se nós,



humanos, não o fazemos mudar; de tal maneira se explicita a relação de retro-alimentação que existe entre a mudança do mundo e a mudança de nós, humanos, individual e coletivamente considerados; e também esclarece Freire que ninguém muda sozinho, assim como ninguém se educa sozinho, pois todos os humanos nos modificamos em contato com os outros, assim como nos educamos nas relações com os outros (mediados pelo mundo, disse Freire).

Também é compatível com a omissão indicada o fato de que a mencionada introdução chame a “aceitar os outros e suas visões de mundo (e) seus projetos político-pedagógicos”; opondo-nos ao chamado “direito à diferença” defendido pelos filósofos chamados pós-modernos, já indicamos (Cf. LOPEZ VELASCO, 2003 e 2008), que a EA ecomunitarista não aceita a “visão de mundo” e os “projetos político-pedagógicos” do capitalista opressor/devastador e daqueles que se colocam a serviço dos seus interesses; pelo contrário, ela os denuncia e os combate em permanência e sem trégua, até o ecomunitarismo (e dentro dele se opõe aos velhos reflexos capitalistas e aos perigos do seu retorno ao cenário sócio-ambiental e educativo vigente). Por último, é compatível com a omissão indicada o fato de que a introdução ora comentada deixe a porta aberta aos capitalistas como eventuais agentes de EA quando faz um apelo para contemplar na EA a participação dos “grupos de interesses”.

Depois de constatar que a suposta EA apregoada nem menciona, e muito menos critica e visa superar o capitalismo, vejamos, por outro lado, o “para onde” ela quer orientar sua ação.

No seu primeiro parágrafo lemos que a EA “tem que dar conta da transformação necessária à *transição* para uma sociedade *mais* sustentável”; e logo depois fala-se no “longo processo de *evolução*” da humanidade, no qual estaria inscrita essa transição; os sublinhados são meus para fazer notar que os termos “transição”, “mais” e “evolução” indicam uma concepção de mudança progressiva e gradual, sem ruptura (como o requer o uso correto da palavra crítica) com o capitalismo; assim ela de fato clama por um capitalismo mais sustentável (obviamente, sem que seja necessária nenhuma revolução anticapitalista; note-se que esse evolucionismo já foi criticado inclusive no universo da epistemologia, quando Thomas Kuhn escreveu sua obra “A estrutura das *revoluções* científicas”; o sublinhado é meu).

O primeiro parágrafo ainda tem tempo para declarar que nessa ordem “mais” sustentável deveriam prevalecer “padrões de produção e consumo adequados, sem miséria, guerras e discriminações, com homens e mulheres juntos na construção dessa utopia possível”. Mas, esquece de incluir as relações de dominação, inerentes ao capitalismo e que separam padrões de empregados, como mais um tipo de relacionamento humano que haverá de ser superado (na economia ecológica sem padrões do ecomunitarismo).

À vista de tudo o que foi dito, podemos concluir que a mencionada introdução apregoa uma EA que se efetivaria *dentro* do capitalismo e sendo cúmplice dele, já que nunca se coloca como missão a sua superação (para fazer possível a superação da opressão nas relações inter-humanas e da devastação/poluição irreversível naquelas existentes entre os humanos e a natureza não humana).

Pelo contrário, a visão de EA ecomunitarista que da nossa parte defendemos, apregoa claramente que, para realizar as três normas fundamentais da ética e se chegar a uma ordem sócio-ambiental sustentável na qual haja reconciliação entre os seres humanos e entre estes e a natureza não humana (incluindo o desfrute gratuito lúdico-estético da natureza), o capitalismo deve ser superado.

Concluimos então, que no Brasil e no mundo, há duas grandes vertentes de EA (que não são “matizes” de uma só, mas propostas divergentes): uma que achando-se “crítica e transformadora” apregoa a manutenção “melhorada” do capitalismo, e a outra que sendo efetivamente crítica e transformadora do capitalismo, defende a necessidade de superá-lo no ecomunitarismo. Devo dizer que a EA ecomunitarista sente-se muito bem acompanhada por algumas propostas do ecossocialismo, do ecofeminismo e do socialismo de século XXI que está nascendo na América Latina (Cf. LOPEZ VELASCO, 2003 e 2009b).

Aos que essa divisão de duas vertentes possa parecer “radical”, responderemos: a) que ela é radical, sim, pois conforme a etimologia da palavra, ela “vai até as raízes do problema”; e b) que ela está amparada pela postura que há quase 20 anos defendera alguém tão “moderado” como Maurice Strong, organizador da Rio 92, quando no seu discurso naquele evento disse: “Não podemos seguir sustentando nosso estilo de vida atual. Temos que inculcar a absoluta necessidade de mudarmos nosso sistema econômico... Há provas mais do que suficientes de que o curso

atual do comportamento econômico conduzirá a uma tragédia e que a economia não sobreviverá”; o que faltou dizer a Strong é que esse nosso tal “modo de vida” e a “economia” aos quais ele se referia, são o modo de vida *capitalista* e a economia *capitalista*.

## Referências bibliográficas

AUSTIN, John L. *How to do things with words*. London: Clarendon Press, 1962.

CZAPSKI, Silvia. *Os diferentes matizes da educação ambiental no Brasil 1997-2007*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2008. Disponível em: <[www.mma.gov.br/estruturas/educamb\\_arquivos/dif\\_matizes.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb_arquivos/dif_matizes.pdf)>.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

KUHN, Thomas. *The structure of scientific revolutions*. Chicago: University of Chicago Press, 1962

LOPEZ VELASCO, Sirio. *Ética para o século XXI: rumo ao ecomunitarismo*. São Leopoldo: Unisinos, 2003; 2005.

\_\_\_\_\_. *Introdução à educação ambiental ecomunitarista*. Rio Grande: FURG, 2008.

\_\_\_\_\_. *Ucronía*. Rio Grande: FURG. 2009.

\_\_\_\_\_. *Ecomunitarismo, socialismo del siglo XXI e Interculturalidad*. Rio Grande: FURG, 2009b.

MARX, Karl. *Ökonomische-Philosophische Manuskripte 1844*. Hamburg: Rowohlt Taschenbuch Verlag, 1968.

\_\_\_\_\_. *Das Kapital*. Frankfurt; Berlin: Ullstein, 1969. 3 Bände.